

A Lacuna na Educação Climática e o Território

Bianca Jacobe Martins Soares¹; Franciane Mendonça dos Santos¹

1 - Universidade Federal de São Carlos - Lagoa do Sino-SP

O projeto “A lacuna na educação climática e o território” teve como objetivo investigar como a educação climática tem sido abordada entre estudantes de diferentes faixas etárias em municípios do sudoeste paulista, com ênfase em territórios vulneráveis frente às mudanças climáticas, principalmente com relação a escassez hídrica. A iniciativa foi desenvolvida e aplicada para alunos do ensino fundamental, ensino médio (mais especificamente 3 turmas do cursinho pré-vestibular) e uma turma do ensino superior que residem e estudam nas cidades de Campina do Monte Alegre, Angatuba e Buri. A motivação para o projeto surgiu a partir da atuação da autora em ações voltadas à justiça socioambiental, especialmente junto a comunidades indígenas, quilombolas e assentamentos rurais, cujos territórios enfrentam desafios crescentes como escassez hídrica, queimadas, desconforto térmico e perda da produtividade que impacta na segurança alimentar, um fator de influência para construção desse projeto foi sua participação também no curso de primavera intitulado “FXB Global Climate Advocates”. Em 2023, a estudante iniciou sua formação em diplomacia climática pelo Climate Reality Project, e em 2025 participou da organização da Conferência Ambiental Intermunicipal do Alto Paranapanema, onde percebeu a carência de políticas públicas locais voltadas à adaptação climática. A partir dessa vivência, surgiu a proposta de avaliar o papel da educação formal na formação de uma consciência climática entre jovens. Foram elaboradas três aulas interativas, adaptadas para estudantes dos grupos etários de 12 a 14 anos (ensino fundamental), 15 a 17 anos (cursinho pré-vestibular) e universitários entre 21 e 26 anos (alunos da UFSCar – Lagoa do Sino). As atividades incluíram discussões sobre adaptação e mitigação (realizada de maneira lúdica através de um jogo de cartas), o papel das profissões frente à crise climática, e políticas públicas locais. Aplicou-se um questionário diagnóstico antes das aulas, com perguntas como: “Na sua opinião, sua formação escolar abordou adequadamente os impactos das mudanças climáticas no seu território?”. Os principais resultados apontaram um déficit no conhecimento prévio sobre mudanças climáticas, especialmente entre os alunos mais jovens do ensino fundamental. Dos estudantes de 12 a 14 anos, metade respondeu corretamente sobre os impactos das mudanças climáticas nos recursos hídricos, mas a maioria não conhecia termos como mitigação ou adaptação. Entre os adolescentes de 15 a 17 anos, 18 dos 32 alunos participantes afirmaram que o tema é abordado de forma superficial. No ensino superior, 12 dos 18 estudantes participantes das aulas afirmaram que a temática é apenas parcialmente contemplada nas disciplinas. Os dados indicam uma lacuna significativa entre o que se espera da educação ambiental crítica e o que é efetivamente praticado nas instituições públicas locais. Como próximos passos, a autora pretende apresentar os resultados a gestores escolares e universitários, com vistas à revisão curricular e à inclusão estruturada da educação climática nos planos pedagógicos. A experiência mostrou que, ao serem provocados e motivados através de uma abordagem interativa e lúdica, os jovens demonstram mais interesse e capacidade de reflexão crítica sobre o papel do território e da sociedade frente à crise climática.

Palavra-chave: Educação Ambiental; Justiça Climática; Juventude; Adaptação Climática; Educação Popular.